

Pesquisa e avaliação no PNPG (2011-2020): fragilidades e potencialidades

Research and evaluation in the 2011-2020 PNPG: weaknesses and strengths

Marcio Giusti Trevisol
UNOESC

Altair Alberto Fávero
Universidade de Passo Fundo

Maria de Lourdes Pinto Almeida
UNOESC/ UNICAMP

Resumo: O artigo é resultado de um estudo que buscou problematizar a pós-graduação brasileira a partir do sentido conferido à pesquisa e avaliação no PNPG (2011-2020). O objetivo foi verificar como a pesquisa e a avaliação são tratadas no Plano Nacional de Pós-Graduação no decênio 2011-2020, suas fragilidades e potencialidades. Para tanto, utilizamos uma pesquisa exploratória de cunho documental. O universo da pesquisa é o Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) e seus relatórios de acompanhamento (2016; 2018). A pesquisa e avaliação no PNPG (2011-2020) são apontadas como estruturais para qualificar os programas de pós-graduação e colocar o Brasil em posições de destaque internacional na produção de conhecimento. Essa intenção é acompanhada por critérios avaliativos que buscam qualificar os programas a partir da produtividade.

Palavras-chave: Pesquisa. Avaliação. PNPG (2011-2020). Fragilidades. Potencialidades.

Abstract: The article is the result of a study that sought to analyze Brazilian post-graduation from the perspective of Brazil's 2011-2020 National Post-graduation Plan (PNPG) on research and evaluation. The aim was to verify how research and evaluation are approached in the 2011-2020 PNPG, as well as its weaknesses and strengths. Therefore, this research is exploratory and documentary. It focuses on the 2011-2020 PNPG and its 2016 and 2018 follow-up reports. Research and evaluation in the 2011-2020 PNPG are presented as structural to qualify post-graduation programs and place Brazil in outstanding international positions in the production of knowledge. This intention is followed by evaluative criteria that seek to qualify the programs based on productivity.

Keywords: Research. Evaluation. 2011-2020 PNPG. Weaknesses. Strengths.

Introdução

Dentre os vários aspectos de comprometimento da universidade, o campo da pesquisa e da avaliação é estratégico. Neste contexto, o artigo pretende analisar as fragilidades e potencialidades da pesquisa e da avaliação contidas no Plano Nacional de Pós-graduação (2011-2020). A complexidade de um documento que trata da pós-graduação, estabelecendo objetivos e metas de desenvolvimento para uma nação, cobra-nos e nos desafia a estudar densamente suas potencialidades e fragilidades. Para responder a esse desafio, o estudo analisa PNPG (2011-2020), elaborado pela CAPES, a partir dos conceitos de pesquisa e avaliação. Para tanto, o estudo é dividido em duas seções: (i) na primeira seção é abordada a questão da pesquisa na universidade no século XXI. A base epistemológica será Boaventura Souza Santos (2010; 2005), Azevedo; Oliveira; Catani (2016) e Almeida; Batistela (2011); (ii) na segunda seção apresentamos os conceitos de pesquisa e avaliação no PNPG (2011-2020), suas fragilidades e potencialidades, articulados à primeira seção. A pesquisa é caracterizada como exploratória com coletada de dados em documentos.

Portanto, é possível aferir que a pesquisa e a avaliação pontuadas no PNPG (2011-2020) estão ligadas a um projeto nacional de colocar o Brasil entre as grandes potências desenvolvidas na área acadêmica. Para isso, as estratégias e metas traçadas no PNPG (2011-2020) elegem como áreas prioritárias, na pesquisa, aquelas que podem colocar o país em uma posição de destaque no cenário mundial. Essa intenção é acompanhada por critérios avaliativos que buscam qualificar os programas a partir da produtividade qualificada e que atenda os índices internacionais.

O contexto da pesquisa na universidade do século XXI: perspectiva e sentido

A universidade, ao longo de sua história, foi assumindo como valor simbólico a excelência de produção de conhecimento científico. Para Santos (2010), a marca ideológica da universidade do século XIX foi a busca desinteressada pela verdade, pela escolha autônoma de seus métodos e temas de investigação científica. Isso

conferiu a universidade o *locus* de legitimidade e de hegemonia no processo de construção de saberes frente à sociedade, não sendo desafiada por outras instituições, ou por outros discursos que cobrassem novos papéis e metas do ensino superior.

A marca ideológica própria do contexto do século XIX, apontada pelo autor, entra em crise à medida que a concepção de Estado Liberal se torna hegemônica após a segunda guerra mundial. Essa condição política do Estado Liberal, sobretudo do capitalismo organizado da segunda metade do século XX, colocou o modelo de universidade em crise, pelo fato de que a sociedade passou a questionar os conteúdos e pesquisas produzidas no campo universitário. Os questionamentos, para Santos (2010), estão ligados à dicotomia entre a relação teoria e prática e as tensões daí decorrentes. O discurso consagrado e aceito do Estado Liberal do utilitarismo/produtivista reivindicou que os conhecimentos produzidos na área acadêmica sejam decorrentes da resolução de problemas econômicos e sociais. O pêndulo da pesquisa científica na universidade passou a apontar para as produções que tendem a praticidade produtivista. Para Santos (2010, p. 200), “A vertente principal do apelo à prática foram as exigências do desenvolvimento tecnológico, da crescente transformação da ciência em força produtiva, da competitividade internacional das economias feita de ganhos de produtividade cientificamente fundados”.

A absorção dos ideais do liberalismo econômico na universidade permitiu a reconfiguração dos modelos e objetivos da pesquisa. Para Santos (2010), o ensino superior é confrontado em três situações; a) as grandes empresas e multinacionais, transformadas em agentes econômicos privilegiados pela nova ordem econômica mundial, criaram seus próprios centros de pesquisa e investigação aplicada que rivalizam com os centros de pesquisa universitários; b) em segundo lugar, os próprios Estados, estruturados pela ideologia da concorrência e competitividade global, criaram seus próprios centros de pesquisa com maior flexibilidade e isentos de vícios universitários; c) em terceiro lugar, o Estado procurou selecionar universidades como centros de pesquisa avançado com maior capacidade de investigação e concentrar neles os recursos financeiros disponíveis. Somam-se a essas situações o crescimento de universidades privadas que buscam o financiamento de suas pesquisas por meio de acordos e relações com o mundo empresarial.

Dentro dessa conjuntura, o que está em jogo é o perfil da pesquisa desenvolvida no campo universitário. Para Almeida e Batistela (2011), existem três modelos para definir o perfil de universidade e, por consequência, as bases políticas de investimento para as pesquisas. No primeiro perfil, a tendência predominante é não abrir nenhum tipo de convênio de pesquisa com instituições externas. Isso

garantiria a autonomia das pesquisas e uma pureza científica próprios do saber científico. O segundo perfil aponta a tendência de a universidade estar aberta aos programas nacionais de Pesquisa e Desenvolvimento, que privilegiam os convênios com o governo, garantindo um ‘ar’ público. Esse modelo responde aos interesses do Estado, sobretudo, nos campos de tecnologia bélica e de infraestrutura. O terceiro perfil destaca os convênios da universidade com o setor privado. Para Almeida e Batistela (2011, p. 151),

[...] essa tendência transforma profundamente a estrutura da investigação acadêmica. A análise desse modelo visa indicar quadros para correlacionarmos as esferas do público e do privado. Trata-se de compreender como a questão dos convênios com as empresas e a perda da autonomia acadêmica no tocante a definição dos critérios da pesquisa afeta a autoimagem dos acadêmicos.

Os apontamentos vão ao encontro do conceito universidade-empresa desenvolvido por Dagnino (2011). A universidade, diante do contexto tecnológico e competitivo proposto pelo neoliberalismo, é levada a adotar os mesmos princípios de organização do campo na pesquisa. Para Dagnino (2011, p. 240), “o fato de sua construção tem envolvido a formulação de proposições que funcionam, ao mesmo tempo, como imagem de um futuro tendencialmente projetado pelos atores envolvidos em função dos resultados esperados de suas ações [...]”. Isso, no âmbito da pesquisa, direciona a comunidade científica e define políticas de financiamento de acordo com os critérios de aplicabilidade e de resultados quantificáveis. Segundo Almeida e Batistela (2011, p. 158), “com isso a universidade tende a transforma-se cada vez mais em funcionalista, no sentido de ser regida por critérios comerciais”. A adoção de valores e princípios do campo empresarial/neoliberal como norteadores da universidade e da pesquisa transforma o *ethos* universitário antes definido pela sua autonomia, criticidade e coletividade (bem comum), em um *ethos* alicerçado na rentabilidade e competitividade. Como pontua Santos (2005, p. 85):

A popularidade com que circulam hoje, sobretudo nos países centrais, os conceitos de ‘sociedade de conhecimento’ e de ‘economia baseada no conhecimento’ é reveladora da pressão que tem sido exercida sobre a universidade para produzir o conhecimento necessário ao desenvolvimento tecnológico que torne possível os ganhos de produtividade e de competitividade das empresas.

O discurso de produtividade assumido no campo da universidade causa uma crise institucional. Para Santos (2010, p. 2014), “o discurso de produtividade, obriga

as universidades a questionar-se em termos que lhe são pouco familiares e a submeter-se a critérios de avaliação que tendem a dar a seu produto, qualquer que seja uma avaliação negativa”. Somam-se a isso as restrições orçamentárias que induzem as universidades a buscarem outras fontes de financiamento.

O panorama descrito coloca a universidade do século XXI em uma crise hegemônica e de identidade institucional que abre caminhos para que o ensino superior, sobretudo na pesquisa, seja avaliado por critérios e organismos externos à própria natureza de investigação científica. Na medida em que a universidade perde sua centralidade para outros campos e atores, torna-se mais fácil justificar a elaboração de critérios que avaliem seu desempenho. Segundo Santos (2010), podemos agrupar em três grandes problemáticas: a definição do produto universitário, os critérios de avaliação e a titularidade da avaliação.

A primeira problemática apontada pelo autor refere-se à dificuldade de definição do produto da universidade. A universidade abarca um conjunto heterogêneo de produtos que vão desde a transmissão de conhecimentos científicos até a elevação do nível cultural da sociedade. Essa quantidade de produtos oferecidos não são apenas variados, mas também são difíceis de definir. Para Santos (2010, p. 216), “frequentemente a produção de um deles colide com a de outro, pelo que, se não for estabelecida uma hierarquia, a universidade estará sempre aquém do desempenho adequado em alguns dos produtos”.

A segunda problemática refere-se aos critérios de avaliação. Para Santos (2010, p. 2016), “neste domínio, a dificuldade maior está em estabelecer medidas para a avaliação da qualidade e da eficácia”. Segundo o autor, os critérios avaliativos da universidade e, sobretudo, da pesquisa são baseados no quantitativismo e no economicismo. Em busca da ideia de inefabilidade, os agentes e avaliadores tendem a privilegiar as medidas quantitativas. Por exemplo, é mais fácil avaliar a excelência na pesquisa em programas de pós-graduação pelo número de artigos publicados em periódicos qualificados do que avaliar os programas levando em conta critérios de seu impacto para o desenvolvimento regional – como a melhoria nos aspectos educacionais e de elevação do nível cultural.

Os critérios de avaliação quantitativos estão ligados ao economicismo. Para Santos (2010, p. 217):

Na sociedade contemporânea, o arquétipo do produto social definido quantitativamente é o produto industrial. O economicismo consiste em conceber o produto universitário como um produto industrial, ainda que de tipo especial, e

consequentemente em conceber a universidade como uma organização empresarial. Este viés está hoje difundido e sua vigência incontrolada representa um perigo importante para a autonomia institucional da universidade.

Essa condição apontada pelo autor remete, na pesquisa, a uma lógica temporal marcada pelo ritmo empresarial de produção. A adoção de uma rotina empresarial pelas universidades rompe com o ciclo temporal da pesquisa e da produção do conhecimento. O ritmo produtivo da empresa é de curto prazo e flexível. Já a universidade consagrou-se pela produção de conhecimento investigativo a longo prazo. Para Santos (2010), a pressão do curto prazo tem um impacto institucional que força as universidades a adequar suas atividades às exigências da lógica produtiva das empresas. Essa relação universidade-empresa pode levar, segundo Santos (2010, p. 218), “à desvalorização da especificidade da universidade”.

A segunda problemática leva diretamente à terceira, que decorre da titularidade da avaliação. Segundo Santos (2010, p. 219), “a questão da titularidade da avaliação é a que mais diretamente confronta a autonomia da universidade”. Com a crise do Estado de providência e com a desregulamentação do Estado sob atividades sociais, as universidades foram forçadas a buscar novas fontes de financiamento. Para Santos (2010, p. 219),

[...] a universidade vê-se confrontada com uma crescente pressão para se deixar avaliar, ao mesmo tempo em que se acumulam as condições para que lhe escape a titularidade da avaliação. A titularidade da avaliação põe-se, sobretudo, quando se trata de avaliações globais, avaliações de departamentos, de faculdades ou mesmo de universidades em seu todo. Nestes casos, têm mais interesse na avaliação os financiadores, sejam eles públicos ou privados. Aliás, dadas as dependências recíprocas que se criam no interior das unidades sob avaliação, é duvidoso que a auto-avaliação possa ser mais do que justificção das rotinas estabelecidas. Daí a figura do avaliador externo e a ambivalência com que os departamentos e as universidades a têm aceitado.

A universidade do século XXI se defronta com uma lógica produtivista que desafia e coloca em crise sua identidade, hegemonia e legitimidade na produção de conhecimentos pertinentes para o bem comum. As pesquisas passam a ser orientadas por políticas educacionais estatais que privilegiam a competitividade, a inovação e a rentabilidade. Diante desses fatos apontados, na sequência, vamos abordar a questão da pesquisa e da avaliação no Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG 2011-2020)

no Brasil. A intenção é mostrar as potencialidades e dilemas envolvidos na pesquisa no Brasil para os próximos anos.

Pesquisa e avaliação no PNPG (2011-2020): fragilidades e potencialidades

Partindo do problema investigativo do artigo, o desafio se encontra em responder quais as fragilidades e potencialidades do PNPG (2011-2020). A resposta a essa questão se fundamenta na análise do sentido da pesquisa e da avaliação presentes no documento (PNPG 2011-2020) produzido pela CAPES. Antes, no entanto, é importante entender a CAPES. De acordo com Coury (2014, p. 38), “embora a CAPES tenha nascido como uma campanha voltada para o aperfeiçoamento dos docentes universitários, logo sua atuação seria ampliada para atender às demandas de qualificação de diferentes seguimentos da sociedade”. Conforme Bianchetti (2009, p. 38).

[...] formalmente, a CAPES foi criada no ano de 1951, no bojo de uma política de governo por meio da qual, juntamente com os órgãos de avaliação, acompanhamento e financiamento, se buscava, via criação de cursos de pós-graduação, estímulo à organização e ao desenvolvimento de projetos, indução a pesquisa, contribuições para melhorar a posição do país no cenário mundial.

Ao longo de sua história, a CAPES elaborou cinco Planos Nacionais de Pós-Graduação. De acordo com o PNPG (2010), o primeiro Plano (1975-1979) tinha como principal missão introduzir o princípio do planejamento estatal das atividades da pós-graduação, com o objetivo de formar especialistas – docentes, pesquisadores e quadros técnicos – para o sistema universitário, o setor público e o segmento industrial. O segundo Plano (1982-1985) manteve a ênfase do Plano anterior, acrescentando o crivo da qualidade das atividades de pós-graduação. O terceiro Plano (1986-1989) subordina as atividades da pós-graduação ao desenvolvimento econômico do país, mediante a integração das atividades ao sistema nacional de ciência e tecnologia. O quarto Plano, aquele que não foi promulgado, mas cujas diretrizes foram adotadas pela CAPES, caracterizou-se pela ênfase na expansão do sistema, na diversificação do modelo de pós-graduação, na introdução de mudanças no processo de avaliação e na inserção internacional do SNPG (Sistema Nacional de

Pós-graduação). O quinto Plano (2005-2010) caracteriza-se pela introdução do princípio de indução estratégica nas atividades de pós-graduação em associações estaduais e os fundos setoriais, o aprimoramento da avaliação qualitativa da pós-graduação (conceito de nucleação, revisão do *Qualis* e introdução do PROEX). De acordo com o PNPG (2010, p. 16)

Sumariamente, os cinco Planos foram protagonistas de cinco importantes etapas na história da pós-graduação brasileira: 1- a capacitação dos docentes das universidades, formando o primeiro contingente de pesquisadores e especialistas em âmbito federal; 2- a preocupação com o desenvolvimento e a qualidade; 3- a integração da pesquisa desenvolvida na universidade com o setor produtivo, visando o desenvolvimento nacional; 4- a flexibilização do modelo de pós-graduação, o aperfeiçoamento do sistema de avaliação e a ênfase na internacionalização; 5- a introdução do princípio de indução estratégica, o combate às assimetrias e o impacto das atividades de pós-graduação no setor produtivo e na sociedade, resultando na incorporação da inovação no SNPG e na inclusão de parâmetros sociais no processo de avaliação.

Os Planos anteriores desembocam no PNPG (2011-2020), que emerge de um contexto histórico e promissor para o país e, por consequência, para a pós-graduação. O país entra no século XXI como nova potência emergente. De acordo com o PNPG (2010, p. 17), “trata-se de um fato extraordinário, revelando que o país vem passando e deverá passar mais ainda por mudanças profundas em segmentos importantes da economia, com reflexos na geopolítica mundial e impactos em diferentes setores da sociedade, inclusive no sistema educacional, aí incluído o ensino superior”. O otimismo é justificado pelo crescimento do setor agrícola, pela descoberta do pré-sal, pela mudança da curva demográfica e pela mudança social que tem implicações para uma nova classe de jovens esperançosos por produtos culturais e para o acesso ao ensino superior.

É nesse contexto de otimismo que o PNPG (2011-2020) é gestado. O Plano é dividido em dois documentos/partes. O primeiro documento é construído por capítulos que orientam a pós-graduação para os próximos 10 (dez) anos. Na segunda parte, são detalhados os documentos setoriais. A primeira parte é composta de cinco eixos, destacados da seguinte forma no PNPG (2010, p.15).

A expansão do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG), a primazia da qualidade, a quebra da endogenia e a atenção à redução das assimetrias; 2- a criação de uma nova agenda nacional de pesquisa e sua associação com a pós-graduação; 3- o aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros

segmentos do sistema de C,T&I; 4- a multi e a interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e importantes temas da pesquisa; 5- o apoio à educação básica e a outros níveis e modalidades de ensino, especialmente o ensino médio.

Para Sá Barreto e Domingues (2012), é nesse contexto de desafios e perspectivas que o Plano é elaborado. Por isso, para os autores, os objetivos da pesquisa, bem como os instrumentos de avaliação, serão os fatores que vão definir o sucesso ou fracasso do país na busca por espaço de destaque no campo da pesquisa internacional.

Com relação à pesquisa, o PNPG (2010, p. 18) propõe, “que seja organizada uma agenda nacional de pesquisa, em torno de temas, de acordo com sua relevância para o país e das oportunidades que se avizinham”. A agenda de pesquisa nacional deve estar articulada às pretensões futuras do país no cenário internacional de competitividade e concorrência tecnológica. Por agenda de pesquisa, o PNPG (2010, p.18) define:

O núcleo da pós-graduação é a pesquisa. [...] os resultados da pesquisa, ao serem aplicados, levam a tecnologias e a procedimentos, podendo ser usados no setor público e no sistema privado, e fazendo do conhecimento e da tecnologia uma poderosa ferramenta do desenvolvimento econômico e social. Neste quadro a parceria entre Universidade, o Estado e as empresas dará lugar ao chamado modelo da tríplice hélice. [...] A Agenda Nacional de Pesquisa, com a participação de todas as agências de fomento federais e estaduais, com repercussão direta do SNPG e como matéria de políticas públicas, conduzindo a ações induzidas e as parcerias entre as universidades e os setores públicos e privados.

O Plano reconhece o valor da pesquisa na pós-graduação, mas introduz, na definição agenda de pesquisa, novos atores, sobretudo, a participação de empresas como agentes de financiamento da pesquisa. Segundo Sá Barreto e Domingues (2012, p. 50), “o modelo da tríplice hélice, ao instalar a parceria universidade/governo/empresa ou outras instituições da sociedade” favorece uma nova perspectiva de organização de agenda de pesquisa na pós-graduação. Para Azevedo, Oliveira e Catani (2016), essa proposta de Agenda Nacional de Pesquisa, baseada nos conceitos de concorrência e de inovação e tecnologia materiais, em desprezo às Humanidades, tem o propósito de obter vantagens competitivas no mundo da produção de mercadorias. As áreas de pesquisa vinculadas à inovação e

tecnologia, como a agricultura ou infraestrutura, ganham destaque no Plano; paralelamente as humanidades são minimizadas.

O desenvolvimento dessas áreas de pesquisa, juntamente com o financiamento e a criação de uma Agenda Nacional de Pesquisa, tem o potencial de colocar a pesquisa e a pós-graduação brasileira em um novo patamar, a exemplo do que acontece com as nações mais avançadas do planeta. De acordo com o PNPG (2010, p.23), a adoção de uma Agenda de Pesquisa Nacional arrojada associada com a mobilização da comunidade científica elevará, num médio prazo, a nossa ciência a um patamar de excelência que nos permitirá não apenas antever nossos saltos de qualidade, mas também caminhar para a obtenção do primeiro prêmio Nobel da ciência brasileira. A pesquisa no PNPG (2011-2020) é tratada como estratégica para colocar o país nos mesmos níveis de competitividade internacional. Neste sentido, a pós-graduação é peça chave para a promoção da competitividade tecnologia e de inovação.

Para concretizar os desafios apontados para a pesquisa no Brasil, o PNPG (2011-2020) estabelece os critérios avaliativos. No capítulo 5 (cinco), o Plano trata do sistema de avaliação da pós-graduação brasileira. Segundo o PNPG (2010), a avaliação é caracterizada a partir de três eixos; 1- é feita por pares, de diferentes áreas de conhecimento e com reconhecida reputação intelectual; 2- tem uma natureza meritocrática, levando à classificação dos e nos campos disciplinares; 3- é associada a reconhecimento e fomento, definindo políticas e estabelecendo critérios para o financiamento de programas.

Para Ivashita e Vieira (2017), o sistema de avaliação da pós-graduação brasileira foi implantado a partir dos anos de 1970, tendo como base a estrutura da Reforma Universitária de 1968 e, portanto, tomando como modelo a universidade americana. O PNPG (2010, p. 125) destaca que:

Nas últimas décadas, dois sistemas de avaliação foram criados. No período de 1976-1997, vigorou na classificação a escala conceitual alfabética de A a E, sendo considerados cursos de padrão internacional aqueles contemplados com o conceito A. A partir de 1997, passou a vigorar a escala numérica de 1 a 7; sendo considerado cursos de padrão internacional aqueles classificados com os conceitos de 6 e 7, os cursos 7 ocupando o topo do sistema.

Como pontua o PNPG (2010), durante esse período de 40 anos, a ênfase nas políticas dos governos federais foi promover a expansão do sistema. Ao mesmo tempo a CAPES é responsável pelo financiamento e avaliação do sistema de

desempenho das universidades coligadas. A avaliação recaiu sobre critérios quantitativos de publicação de livros, *papers*, dissertações e teses. De acordo com o PNPG (2010), outros parâmetros foram introduzidos. Em destaque a nucleação e solidariedade, que estabelece que os programas mais fortes cooperem e ajudem os mais fracos, a capacidade de os programas impactarem a área do conhecimento, contribuição para a criação de outros cursos congêneres, valorização do doutorado consumada nos anos 90, vez que desde então o sistema federal passou a favorecer mais e mais a contratação de doutores. Para o PNPG (2010, p.126), “esses critérios, embora recentes e ainda sem conduzirem a uma nova cultura da pós-graduação, tinham e têm o potencial de abrirem novas perspectivas para a avaliação”. Além desses critérios, somam-se a avaliação da vocação dos programas regional (mestrados) e os de vocação nacional (doutorados). Por último, e mais eficiente, o Plano, introduz o *Ranking Qualis* para revistas acadêmicas, com níveis de confiabilidade e grau de impactação, variando segundo as áreas do conhecimento, com mais lastro nas ciências naturais e certas áreas tecnológicas, e menos lastro nas ciências humanas e sociais.

Para Ivashita e Vieira (2017), essas questões nos impelem a pensar os programas de pós-graduação, em específico, sua necessidade de produção. Os autores pontuam que a CAPES, sendo responsável pelo financiamento, também avalia o desempenho dos programas a partir de sua produtividade. Desse modo, para que os programas recebem financiamento, devem receber uma boa avaliação. Essa relação entre avaliação e financiamento coloca os programas em um ritmo ‘frenético’ de produção, ditado pelas regras da CAPES. Segundo Bianchetti (2006, p.177), a lógica da CAPES “pode ser sintetizada predominantemente numa palavra mágica: ‘prazos’. O todo sucumbe às partes”. A lógica do tempo, descrita pelo autor, privilegia a produtividade quantitativa em detrimento da qualidade das produções. O próprio PNPG (2010, p. 127) aponta para essa questão.

No curso dos anos, tylorismo intelectual e o imperativo do *publish* ou *perish* invadiram todas as áreas e isso refletiu na avaliação, com predomínio da quantidade sobre a qualidade. Ademais, as áreas profissionais e aplicadas continuam sendo avaliadas a partir de parâmetros das áreas básicas e acadêmicas, prevalecendo o *paper* e o livro sobre as criações e os investimentos. Por fim, a periodicidade da avaliação continua sendo excessivamente curta para as necessidades dos programas.

O Plano reconhece os limites do sistema de avaliação baseado em dados quantitativos. Inclusive usa a terminologia ‘Tylorista’ para se referir às produções em massa que, por vezes, são dados numéricos em periódicos *qualis*. A predominância da

lógica produtivista em curto espaço de tempo está criando pesquisadores que vivem apenas para ‘engordar’ o Lattes e responder aos índices estipulados pela CAPES. Os autores Fávero e Tonieto (2017), em um texto brilhante intitulado “A pesquisa na sociedade do conhecimento: decifra-me ou te devora”, discutem a questão da pesquisa no contexto da produtividade e dinamismo da sociedade do conhecimento. Os autores utilizam a mitologia grega da esfinge para pontuar os desafios da pesquisa. Um dos desafios salientados por Fávero e Tonieto (2017, p. 164) propõe: “não existe pesquisa sem uma compreensão do que seja conhecimento”. O apontamento dos autores nos remete à reflexão: qual o sentido da pesquisa na pós-graduação brasileira? Como as Universidades desenvolvem suas pesquisas? Para que desenvolvem? Quais são seus objetivos? Qual o papel do professor/pesquisador nos programas de pós-graduação? Em certo sentido, programas de pós-graduação e pesquisadores que são motivados apenas por necessidade de atingir os critérios estipulados da CAPES tendem a ser devorados, perdendo sua identidade e essência social.

Segundo Ivashita e Vieira (2017, p.13), “é fundamental problematizar esse tipo de avaliação punitiva, onde só recebem financiamento aqueles programas/alunos que têm uma pontuação invejável; [...] a questão central é a quantidade versus qualidade dessas publicações”. Isso é observado em casos de pesquisadores de programas de pós-graduação que se afastam da rotina acadêmica, em outras palavras, não participam dos espaços delegados para a construção de um projeto de universidade (que tenha como compromisso o ensino, a extensão e a pesquisa). Ainda que de maneira ‘leviana’, essa política da CAPES tem criado um novo tipo de pesquisador. O pesquisador ‘Uber’, geralmente contratado apenas para credenciar os programas de pós-graduação por meio de suas publicações, não estabelecendo vínculos institucionais mais sólidos. Por vezes esse pesquisador pode atuar em mais de um programa.

O PNPG (2010, p. 285-291), propõe as seguintes diretrizes para a avaliação:

I. A avaliação dos cursos 6 e 7 será realizada em intervalo maior de tempo, ficando os demais submetidos à periodicidade trienal, com monitoramento mais frequente, visando aferir a aproximação ou distanciamento dos indicadores exigidos para a melhoria de conceito; 2- a CAPES deverá adotar, como um dos parâmetros de avaliação, a comparação com programas internacionais considerados de referência, sem qualquer cota previamente estabelecida para a classificação de programa nos níveis de excelência: estes expedientes se aplicará aos cursos 5,6 e 7; 3- O desenvolvimento econômico e social do país deverá conduzir à formação, cada vez mais numerosa, de pós-graduação voltados para atividades extra acadêmicas [...];4- A avaliação de programas

poderá lançar mão de critérios que contemplem assimetrias, especialmente no caso de mestrados localizados em regiões em estados de desenvolvimento mais incipientes; 5- A avaliação dos programas de mestrado deverá apontar se, de fato, o programa em questão é acadêmico ou profissional [...]. Tal ponderação conduz a concluir-se que os mestrados profissionais não devem ser considerados, nem concebidos, como formação aquém da dos mestrados acadêmicos e devem ser avaliados com a ajuda de parâmetros específicos e apoiados dentro do sistema de bolsas; 6 – A avaliação dos programas de natureza aplicada deverá incorporar parâmetros que incentivem a formação de parcerias com o setor extra acadêmico, visando a geração de tecnologia e à formação, de fato, de profissionais voltados para o setor empresarial.

Além das diretrizes apontadas, o PNPG (2010, p. 295) recomenda: “a avaliação das propostas de novos programas de natureza aplicada deverá incorporar parâmetros que incentivem a formação de parcerias com o setor extra acadêmico, contemplando assim a geração de tecnologia e de recursos humanos qualificados voltados para os setores empresariais, de serviços e das esferas governamentais”.

No percurso de implementação do PNPG (2010), algumas fragilidades no âmbito da pesquisa e da avaliação da pós-graduação foram detectadas pela CAPES. A comissão especial de acompanhamento do PNPG (2011-2020) elaborou um relatório final em que aponta as metas atingidas e as metas que ainda não foram consolidadas. Se, por um lado, algumas recomendações e diretrizes foram seguidas, por outro lado verificou-se que algumas recomendações e diretrizes importantes ainda não foram implementadas. Neste sentido, destacam-se, de acordo com o Relatório Final (2016, p.10), as seguintes recomendações até 2020:

1-Com relação ao monitoramento parcial periódico, visando refletir a aproximação ou distanciamento dos indicadores exigidos para a melhoria do conceito, com caráter obrigatório para todas as áreas e não por iniciativa das áreas julgam relevantes; 2- é particularmente importante envolver a avaliação comparativa com Programas Internacionais considerados de referência, em especial aqueles com conceitos 6 e 7, como parte do processo avaliativo quatrienal para estes PPGs. As recomendações 3,5 e 6 envolvem o reconhecimento crescente que se reflete na avaliação dos indicadores extra acadêmicos, que estão evoluindo, mas ainda com muito espaço para avançar, reconhecendo e induzindo, via avaliação, a aproximação das demandas da sociedade, seja por uma maior aproximação com o meio empresarial ou pelo atendimento às demandas sociais. Finalmente, a recomendação 4 deverá gerar uma política específica que contemple a questão das assimetrias, permitindo um grau de flexibilidade na avaliação em

função da possibilidade de apoiar de forma diferenciada mestrados localizados em regiões em estados de desenvolvimento ainda incipiente.

O relatório (2016) apresenta recomendações que devem ser observadas para os anos seguintes do PNPG (2011-2020). É perceptível um movimento interno na CAPES quanto ao entendimento dos critérios de avaliação dos programas de pós-graduação. Um dos aspectos que podemos destacar é a introdução de indicadores que avaliam a inserção dos programas de pós-graduação nas demandas sociais ou empresariais. Também destacamos a flexibilidade na avaliação e credenciamento de mestrados localizados em regiões ainda incipientes de desenvolvimento. Dessa forma, o Relatório Final (2016, p. 15) aponta para duas recomendações gerais: “5.2.1 – desenvolver nova reflexão sobre a diferenciação dos períodos avaliativos para os programas 6 e 7 e os demais. [...]” ficou estabelecido que deve ser mantido um período avaliativo comum para os programas, gerando alguma diferenciação somente na avaliação intermediária. Ainda se mantém os avaliadores internacionais dos PPGs 6 e 7 como parte da avaliação. A segunda recomendação pontuada no Relatório Final (2016, p. 15) pontua no item 5.2.2: “analisar a oportunidade de uma reflexão com os principais atores do SNPG sobre o modelo avaliativo atual, considerando os principais modelos internacionais de avaliação da Pós-Graduação, tendo como objetivo a busca pela excelência em padrões internacionais”. Essa dimensão deve, segundo a CAPES, envolver as universidades como protagonistas. As recomendações de fundo crítico e analítico produzidas pela CAPES são resultados de avaliação do PNPG (2011-2020) com o objetivo de corrigir fragilidades e, por consequência, elevar os padrões da ciência brasileira a níveis internacionais.

Na mesma linha de correção das fragilidades, o Documento Final Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 elaborado em 2018 pontua a partir das contribuições recebidas de entidades convidadas um estudo de aprimoramento do Modelo de Avaliação da Pós-Graduação brasileira. A metodologia do estudo permitiu identificar temas convergentes (recorrentes) nas propostas das entidades. Os temas convergentes, de acordo o Documento de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 (2018), são: “autoavaliação institucional da PG; impacto (no desenvolvimento econômico e social, regional e nacional); modelo único de avaliação (multidimensional); relevância social e econômica; acompanhamento de egressos (formação RH qualificados); produções indicadas (cinco mais relevantes); balanço entre indicadores quantitativos e qualitativos; mudanças no *Qualis* (único, grandes áreas, fator de impacto); internacionalização; inovação”. Somam-se a esses temas convergentes, segundo o Documento de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 (2018), redefinições das áreas de conhecimento, sistemática aprovação de cursos

novos (APCN), ciclos avaliativos, áreas de avaliação. Cabe acrescentar, nesse momento, que, devido ao comprometimento do ensaio, não poderemos problematizar com profundidade cada tema convergente. Contudo, pontuaremos e debateremos sobre as propostas apresentadas pelo Documento para enfrentar essas fragilidades e potencialidades do PNPG (2011-2020).

Neste sentido, o Documento Final Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 (2018) propõe uma redefinição do *Qualis* por três motivos, a saber; (i) porque os critérios estão demasiadamente pulverizados entre as áreas; (ii) a frequente sugestão de qualificar os programas pelo impacto dos artigos publicados em periódicos através de fator de impacto, constituindo um contraponto à formação do *Qualis* que é constituído com base no impacto médio dos periódicos onde, de fato, os programas publicam no período; (iii) as avaliações de artigos recentes, como se dá na avaliação da pós-graduação (últimos quatro anos); tal indicador, tem pouca ou nenhuma aplicabilidade e daí a opção pelo impacto das revistas nas áreas que assim utilizam. Diante dessa fragilidade, o Documento Final Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 (2018, 11) propõe:

Uma análise geral do *QUALIS* das áreas de forma a criar critérios, de um lado, mais homogêneos de qualificação dos veículos de comunicação da produção científica, e de outro, uma reflexão mais profunda acerca da aplicação em geral do fator *Qualis* em áreas como Ciências Humanas e Engenharias. Uma possibilidade seria a fusão de vários *QUALIS* atuais gerando grandes *QUALIS* a serem usados por mais de uma área. Isso permitiria separar a Avaliação em três ou quatro conjuntos de *QUALIS*.

Quanto às Produções Qualificadas Indicadas, o Documento (2018), propõe as seguintes mudanças para tornar mais eficiente o processo avaliativo; (i) solicitar às instituições e aos seus programas que, junto com a ficha de avaliação, incluíssem cinco produtos (artigos, teses, patentes, etc.) e de dissertações e teses (cinco), que representem suas mais relevantes produções (lista das cinco produções mais qualificadas no programa que devem vir acompanhadas da justificativa ‘porquê’); (ii) sugere que seria interessante se todos os docentes credenciados nos programas listassem seus três produtos mais relevantes no quadriênio. Diante desses apontamentos, o Documento Final Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 (2018, p. 12), define como proposta: “inclusão de indicadores de qualidade daquilo que é produzido pelos programas de pós-graduação, no conjunto e individualmente, através do envio de um conjunto definido de produtos que reflita suas melhores produções acadêmicas, dissertações e teses, o padrão de institucionalização e de impactos”.

Sobre a internacionalização, o Documento Final Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 (2018) estabelece sua importância para o desenvolvimento da pesquisa na pós-graduação, mas reconhece suas limitações e fragilidades. Aponta que a internacionalização, na pós-graduação, ainda é fomentada por programas de governo descontínuos e que mudam constantemente. Por outro lado, adota que a internacionalização deve ser mantida, organizada por recursos contínuos, manter um contingente de bolsas de doutorado no exterior, que incluíam um número de alunos em centros de inovação tecnológica e de instituições de ponta.

Outro aspecto destacado diz respeito ao acompanhamento dos egressos. Documento Final Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 (2018, p.16), destaca que a “CAPES deve desenvolver indicadores que avaliem a capacidade que os programas de pós-graduação têm para oferecer uma melhor formação de quadros qualificados”. As instituições devem criar modelos de acompanhamento ou sistemas de forma a permitir a participação dos egressos em um processo formativo continuado. Já no aspecto relacionado ao impacto no desenvolvimento econômico e social nacional e redução de assimetrias, o Documento Final Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 (2018, p.15), apresenta: “a análise e definição de indicadores que possam captar o papel dos egressos e das pesquisas desenvolvidas no processo de atração de novos investimentos, geração de emprego e renda (*spinoffs* acadêmicos e *startups* geradas) e desenvolvimento nacional, contribuindo para a redução das assimetrias regionais.

No processo avaliativo pelo Documento Final Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 (2018), outro ponto amplamente destacado refere-se às questões qualitativas e quantitativas no campo da pesquisa. O documento (2018, p. 16), propõe: “equilibrar os indicadores qualitativos e quantitativos no processo avaliativo, com especial atenção aos aspectos relacionados com a relevância e o impacto do resultado das ações do PPG, seja na formação, seja na dinâmica de pesquisas existentes”. Neste sentido, o documento aponta para uma volta aos aspectos qualitativos da pesquisa para a promoção e desenvolvimento regional.

O fator da inovação, como condição da pesquisa na pós-graduação, mantém seu espaço, porém o Documento Final Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 (2018, p. 17) lança a seguinte proposta: “definir um conjunto de indicadores, inclusive de desempenho institucional, que estimulem a inovação tecnológica e social, como fruto do processo de desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo a geração de *spinoff* acadêmicos”. As questões de relevância social, nacional e regional ganham espaço e tornam aspectos necessários para avaliar os programas de pesquisa nos programas de pós-graduação. Somados a esses

apontamentos avaliativos, a autoavaliação, passa a ganhar *status* de critério avaliativo formalmente definido para CAPES. Para o Documento Final Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 (2018), é relevante o entendimento que o processo avaliativo seja amplamente institucionalizado e possa expressar, como política institucional, independência e qualificação da própria avaliação da CAPES, do qual deve ser parte integrante.

Por fim, ganha destaque em nossa análise o modelo de Avaliação Multidimensional. De acordo com o Documento Final Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 (2018), a avaliação da CAPES se baseia em um único modelo, com padrões e critérios que em princípio são uniformes, e que apenas sofrem pequenas adequações para atender certas especificidades das áreas e das realidades locais. O modelo atual garante um sistema nacional de avaliação da pós-graduação que parte da qualidade preestabelecida e que produz resultados consistentes e comparáveis. Por outro lado, um modelo implementado de forma rígida, sem considerar as diferenças contextuais, pode limitar a diversidade e acentuar assimetrias geográficas e sociais. De acordo com o Documento Final Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 (2018, p. 20), “este problema foi reconhecido no PNPG 2011-2020, ao afirmar, na sua lista de recomendações referentes à avaliação da CAPES”, que são recomendáveis alterações no modelo que respeitem a comparabilidade em âmbito nacional, mas que contemplem a diversidade dos contextos, vocação e foco dos PPGs, nos quais a pós-graduação brasileira se realiza. Neste sentido, o modelo multidimensional propõe novas formas de avaliação assentadas em novas demandas e objetivos da pós-graduação. A finalidade é favorecer dinâmicas avaliativas que contemplem a diversidade e a complexidade, evoluindo do modelo único atual para múltiplas visões. O Documento Final Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011 (2018, p. 21) apresenta, como título de exemplo, “as dimensões (eixos e visões) que poderiam compor o sistema da avaliação: Formação de RH (egressos), Internacionalização, Produção científica, Inovação e Transparência Conhecimento, Impacto e Relevância Econômica e social”.

Por fim, o Documento Final Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 (2018) propõe algumas propostas suplementares para a avaliação da pesquisa na pós-graduação. Dentre elas salientamos duas: (i) a primeira considera que o ciclo de avaliação de quatro anos, somado ao bom resultado da Avaliação Quatrienal 2017, é um indicador que deve ser mantido. No entanto, salienta a importância dos seminários de acompanhamento (ou de meio termo) a serem realizados 2 (dois) anos antes da avaliação quatrienal. Os seminários garantem um retrato geral do desempenho dos programas, devendo a autoavaliação ser um instrumento

importante nessa atividade; (ii) a segunda proposta apontada visa fortalecer a avaliação multi/interdisciplinar para além da própria questão da área específica. Ao invés de ampliar a avaliação pela especificidade, é melhor avaliar por meio de áreas homogêneas e abrangentes.

Neste sentido, o Documento Final Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 (2018) orienta que a avaliação, combinada ao financiamento, tem sido essencial para os avanços alcançados e deve seguir como pilar da evolução necessária do sistema, buscando maior autonomia, flexibilidade, integração entre as áreas, aproximação com o ensino de graduação, a inovação e seus impactos nos setores não acadêmicos e empresariais da sociedade, a internacionalização e o reconhecimento da diversidade em suas múltiplas dimensões como elemento importante e norteador da pós-graduação no Brasil. O desafio apontado pelo documento é a vinculação da avaliação às consequências que vão além do financiamento, considerando impactos econômicos, culturais e de melhorias das políticas públicas e do padrão de desenvolvimento competitivo da nação.

Conclusão

A partir da fundamentação epistemológica e da coleta de dados, é possível apontar algumas conclusões quanto à pesquisa e avaliação no PNPG (2011-2020). Em primeiro lugar, o PNPG (2011-2020) desponta como importante documento balizador das políticas educacionais no campo da pós-graduação. Em segundo lugar, devido ao momento histórico de sua elaboração, traduz um otimismo expresso no progresso social e econômico que o Brasil atravessava e, por consequência, coloca parâmetros audaciosos para a pesquisa igualar-se a índices internacionais. Em terceiro lugar, prevê a expansão da pós-graduação, as redes de pesquisa e a correção das assimetrias. Em quarto lugar, garante o sistema de fomento à pesquisa e estipula critérios para a avaliação dos programas de pós-graduação. Em quinto lugar, foram incluídos outros critérios de avaliação como a nucleação e a solidariedade, acrescentando uma perspectiva mais qualitativa. Finalmente, houve a introdução do *Ranking Qualis* para as publicações acadêmicas, que varia de acordo com as áreas do conhecimento e possui “mais lastro nas ciências naturais e certas áreas tecnológicas, e

menos lastro nas ciências humanas e sociais”. Em sexto lugar, o esforço para definir uma agenda nacional de pesquisa.

Não há dúvidas de que o PNPG (2011-2020) possui inúmeras potencialidades; no entanto, expressou igualmente algumas fragilidades. Dentre elas, podemos destacar: (i) fundamentação de um sentido de pesquisa que valoriza a competitividade no cenário internacional; (ii) estipula uma relação confusa entre atores que financiam as pesquisas; (iii) adoção de parâmetros avaliativos de outros campos sociais que forçam a universidade a imprimir uma lógica estranha a sua organização; (iv) a dificuldade de definição de um modelo avaliativo que distinga com clareza universidades humboldtianas de outras formas comerciais de ensino superior; (v) a supervalorização dos critérios quantitativos acima dos critérios qualitativos de avaliação dos programas de pós-graduação; (vi) a avaliação assentada sobre o produtivismo a curto espaço de tempo dificulta uma percepção do impacto das pesquisas em longo prazo. A curta periodicidade das avaliações não permite um tempo adequado para esperar os efeitos das mudanças implementadas; (vii) o favorecimento de uma avaliação punitiva, onde somente recebem financiamento aqueles programas que possuem uma pontuação invejável; (viii) a predominância das ciências exatas e naturais que migraram para outras áreas; (ix) promoção do taylorismo intelectual (*publish or perish*), com predomínio dos critérios quantitativos; (x) fortalecimento de um modelo de pesquisa e de avaliação da pós-graduação que adota os princípios organizativos do mundo empresarial; (xi) finalidade da pesquisa para a produção tecnológica e industrial do país, sobretudo, nas áreas estratégicas.

Algumas dessas fragilidades são apontadas nos relatórios de acompanhamento do PNPG (2011-2020). Para tanto os relatórios (2016; 2018) apontam um movimento interno na CAPES de reavaliar certas posições assumidas no Plano Nacional Pós-Graduação (2011-2020); dentre elas, destacamos; (i) a necessidade de instituir um sistema de avaliação que busque, para além da produtividade, aspectos de impacto social; (ii) introdução de critérios qualitativos nos processos avaliativos da pesquisa; (iii) formação de redes de solidariedade e cooperação entre os programas de pós-graduação; (iv) definição clara entre mestrados profissionais e mestrados acadêmicos; (v) valorização das vocações regionais dos programas de pós-graduação.

Portanto, é fundamental reconhecer o PNPG (2011-2020) como um importante documento de garantias de diretrizes capazes de orientar o desenvolvimento da pesquisa no Brasil. No entanto, o discurso neoliberal, em muitos aspectos, contaminou a perspectiva de desenvolvimento de programas de pós-graduação para o bem comum. Por fim, destacamos que o PNPG (2011-2020) sofreu

alterações e desgastes, sobretudo, por consequência do momento histórico pelo qual o Brasil vem passando desde 2014. Existe uma dificuldade de comprometimento com o planejamento como uma condição indispensável para o desenvolvimento do país, independente de crises sociais, políticas e econômicas que venha a atravessar. Os relatórios de acampamento (2016; 2018) buscaram corrigir muitas das fragilidades; no entanto, o principal desafio é produzir políticas educacionais robustas e resistentes às crises que enfrentamos cotidianamente no país.

Referências

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; BATISTELA, Airton Carlos. A relação universidade pública & setor produtivo na América Latina: mais impasses que possibilidades. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar (Org.). **Políticas educacionais de ensino superior no Século XXI: um olhar transnacional**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; OLIVEIRA, João F; CATANI, Afrânio M. O Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) e o Plano nacional de Educação (PNE 2014-2024): regulamentação, avaliação e financiamento. **RBPAAE**, v. 32, n, 3, p. 783-803, set/dez.2016.

BARRETO, Francisco César de Sá; DOMINGUES, Ivan. Os desafios do país e o sistema nacional de Pós-graduação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n,03, p.17-53, set.2012.

BIANCHETTI, Lucídio. Os dilemas do coordenador de Programa de Pós-Graduação: entre o burocrático-administrativo e o acadêmico-pedagógico. In: BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar (Org.). **Dilemas da Pós-Graduação: gestão e avaliação**. Campinas/ SP: Autores Associados, 2009.

BIANCHETTI, Lucídio. O desafio de escrever dissertações/teses: como incrementar a quantidade manter a qualidade com menos tempo e menos recursos? In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria (Org.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações**. 2.ed. Florianópolis: ed. Da UFSC: São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020: coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior**. v.1.Brasília, DF: CAPES, 2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020: coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior**. v.2.Brasília, DF: CAPES, 2010.

BRASIL. **Relatório final 2016: comissão especial de acompanhamento do PNPG (2011-2010)**. Brasília: CAPES, 2017.

BRASIL. **Proposta de aprimoramento do modelo de avaliação da PG:** documento final da comissão de acompanhamento do PNPG 2011-2002. Brasília: CAPES, 2018.

COURY, Maria de Amorim. **Ações do Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2005-2010 para a redução de assimetrias regionais:** avaliação dos instrumentos criados pela CAPES. 2014. 50 f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande/ FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação e Ciências: Química da Vida Saúde, Rio Grande do Sul, 2014.

DAGNINO, Renato. A relação universidade-empresa no Brasil e o argumento da Hélice Tripla. In: DAGNINO, Renato; THOMAS, Hernán (Orgs) **A pesquisa universitária na América Latina e a vinculação universidade-empresa.** Chapecó, SC: Argos, 2011.

FÁVERO, Altair A; TONIETO, Carina. A pesquisa na sociedade do conhecimento: decifra-me ou te devoro. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (org). **Produção do conhecimento científico e a formação do pesquisador na América Latina:** as investigações de políticas educacionais em xeque. Campinas SP: Mercado de Letras, 2017.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo.** 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

HABERMAS. Jürgen. **Para a construção do materialismo histórico.** 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

IVASHITA, Simone; VIEIRA, Aline Daniella R. A pós-graduação no Brasil e o Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG (2011-2020): rupturas e permanências. **Debates em Educação**, v.9, n. 19, p.122-132, set/dez. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade do século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005

Sobre os autores

Marcio Giusti Trevisol é Graduado em Filosofia Graduado em Filosofia pelo Centro Universitário Assunção (UNIFAI). Doutorando em Educação na Universidade de Passo Fundo (UPF). Mestre em Ética e Filosofia Política (UFSC). Atualmente é líder do grupo de pesquisa “Comunicação, Mídia e Sociedade”. Membro e pesquisador do grupo de pesquisa GEPES –UPF (Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Superior). Participa da Rede ibero-americana de estudos e pesquisas em políticas, processos de educação superior – RIEPPES – Unoesc/Unicamp e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas de Educação Superior da Região Sul – GEPPES SUL, ambos sediados na PPGEd da Unoesc. E-mail: marcio.trevisol@unoesc.edu.br

Altair Alberto Fávero possui Pós-Doutorado (Bolsista Capes) pela Universidad Autónoma del Estado de México (UAEMéx), Doutorado em Educação (UFRGS), Mestre em Filosofia do Conhecimento (PUC/RS), Especialista em Epistemologia das Ciências Sociais (UPF) e Graduado em Filosofia (UPF). Atua como professor e pesquisador no Curso de Filosofia, no Mestrado e Doutorado em Educação Superior (GEPES/UPF/RS).

Maria de Lourdes Pinto Almeida é Graduada em Pedagogia e História; Mestre e Doutora pela FE da Unicamp em Filosofia. História e Educação. Pós-doc em Políticas Educacionais pela USP e em Política, Ciência e Tecnologia pela Unicamp. Docente do PPGEEd da Unoesc, Joaçaba / SC. Pesquisadora colaboradora do PPGEEd URI/ RS. Pesquisadora associada do Giepes Unicamp. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior Unoesc – Unicamp. Vice-líder do Grupo Internacional de Estudos e Pesquisas em Educação Superior – Geipes Unicamp. Líder da Rede Iberoamericana de Estudos e Pesquisas em Políticas e Processos de Educação Superior – Riesup da FE da Unicamp. Pesquisadora do CNPq e do Obeduc. E-mail: malu@04gmail.com.

*Recebido em: 18/07/2019
Aceito para publicação em 12/10/2019*